

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA DISCUSSÃO DAS OFICINAS “ADOLESCENTES E JOVENS PARA A EDUCAÇÃO ENTRE PARES”

Divino de Jesus da Silva Rodrigues, Rita de Cássia Camelo Bueno Cavalcanti

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5069>

Submetido em: 2022-11-15

Postado em: 2022-11-23 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA DISCUSSÃO DAS OFICINAS “ADOLESCENTES E JOVENS PARA A EDUCAÇÃO ENTRE PARES”¹

SEXUALITY IN SCHOOL: A DISCUSSION OF THE WORKSHOPS “ADOLESCENTS AND YOUTHS FOR PEER EDUCATION”

SEXUALIDAD EN LA ESCUELA: UNA DISCUSIÓN DE LOS TALLERES “ADOLESCENTES Y JÓVENES PARA LA EDUCACIÓN ENTRE PARES”

RITA DE CÁSSIA CAMELO BUENO CAVALCANTI²
<https://orcid.org/0000-0002-0994-0264>

DIVINO DE JESUS DA SILVA RODRIGUES³
<https://orcid.org/0000-0002-7661-1794>

RESUMO: Este trabalho objetivou analisar a discursividade da proposta nas oficinas pedagógicas dos fascículos sexualidades e saúde reprodutiva: adolescentes e jovens para a educação entre pares, inseridas no Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). As oficinas constam textos pedagógicas com sugestões para que educadoras/es possam se basear e construir com os/as estudantes novos modos de se relacionar consigo e com as/os outras/os. Ao todo são oito os fascículos. No processo da análise discursiva desses fascículos, priorizou-se as orientações das oficinas pedagógicas presentes em apenas três dos fascículos, uma vez que esses tratam mais diretamente da questão da sexualidade. São eles: Sexualidade e Saúde Reprodutiva; Prevenção das DSTs, HIV e AIDS e Diversidades Sexuais. A pesquisa foi fundamentada nos pressupostos teóricos metodológicos da Análise de Discurso (AD) concebida a partir de Pêcheux (1997; 2002) e teoria do Discurso Pedagógico de Orlandi (1983; 2015). Os resultados revelam que o tipo de discursividade dos textos nas oficinas pedagógicas analisadas do SPE, são informativa. Revelam ainda, que nos textos das oficinas pedagógicas não se localizou espaços para que as/os alunas/os expressassem suas dúvidas, inquietações, angústias e incertezas sobre o sexo e a sexualidade vivenciadas em sua singularidade. Contudo, as oficinas apontam reflexões as/aos estudantes de “cuidar” da sua saúde, adotando no dia a dia e no seu contexto de vida, medidas preventivas e protetivas para promoção de sua saúde sexual e saúde reprodutiva.

Palavras-chave: oficinas pedagógicas; sexualidade; escola; análise de discurso; discurso pedagógico.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the discursivity of the proposal in the pedagogical workshops of sexualities and reproductive health: adolescents and young people for peer education, included in the Health and Prevention in Schools Project (SPE). The workshops contain pedagogical texts with suggestions so that educators can build on and build with students new ways of relating to themselves and to others. There are eight issues in total. In the process of discursive analysis of these fascicles, the guidelines of the pedagogical workshops present in only three of the fascicles were prioritized, since they deal more directly with the issue of sexuality. They are: Sexuality and Reproductive Health; Prevention of STDs, HIV and AIDS and Sexual Diversity. The research was grounded on the theoretical and methodological assumptions of

¹ Este trabalho é um recorte da tese: “Sexualidade na Adolescência e Juventude: Análise Discursiva dos Fascículos “Adolescentes e Jovens Para Educação Entre Pares” do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas”. Defesa ocorrida em 2020, programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

² Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió, AL, Brasil. rita.ccamelo@hotmail.com

³ Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Goiânia, GO, Brasil. divino.psi@pucgoias.edu.br

Discourse Analysis (DA) conceived from Pêcheux (1997; 2002) and the theory of Pedagogical Discourse by Orlandi (1983; 2015). The results reveal that the type of discursivity of the texts in the analyzed pedagogical workshops of the SPE is informative. They also reveal that in the texts of the pedagogical workshops, spaces were not found for the students to express their doubts, concerns, anxieties and uncertainties about sex and sexuality experienced in their singularity. However, the workshops point to reflections for students to "take care" of their health, adopting preventive and protective measures in their daily lives and in their context of life to promote their sexual and reproductive health.

Keywords: pedagogical workshops; sexuality; school; discourse analysis; pedagogical discourse.

RESUMEN: Este trabajo tuvo como objetivo analizar la discursividad de la propuesta en los talleres pedagógicos de los fascículos ‘Sexualidades y salud reproductiva: adolescentes y jóvenes para la educación entre pares’, inseridas en el Proyecto Salud y Prevención en las Escuelas (SPE). Los talleres constan de textos pedagógicos con sugerencias para que los educadores puedan basarse para construir con los estudiantes nuevos modos de relacionarse consigo y con los otros. En total tenemos ocho fascículos. En el proceso del análisis discursiva de esos fascículos fueron priorizadas las orientaciones de los talleres pedagógicos presentes en solo tres de los ocho fascículos, una vez que esos trataban de manera más centrada el tema de la sexualidad. Son ellos: ‘Sexualidad y Salud Reproductiva’, ‘Prevención de las ETS’, ‘VIH y SIDA y Diversidades Sexuales’. La investigación fue fundamentada en los presupuestos teóricos metodológicos del Análisis del Discurso (AD) concebido a partir de Pêcheux (1997; 2002) y de la Teoría del Discurso Pedagógico, de Orlandi (1983; 2015). Los resultados revelan que el tipo de discursividad de los textos en los talleres pedagógicos analizados de los SPE son informativos. En ellos se exponen que los fascículos utilizados en los talleres pedagógicos no se localizaran espacios para que los alumnos expresasen sus dudas, desasosiegos, angustias e incertidumbres sobre el sexo y la sexualidad vivenciadas en su singularidad. Sin embargo, en los talleres fue posible apuntar reflexiones para los estudiantes “cuidaren” a su salud, adoptando en su cotidiano y en su contexto de vida, medidas preventivas y proteccionistas para promoción de su salud sexual y reproductiva.

Palabras-clave: talleres pedagógicos; sexualidad; escuela; análisis del discurso; discurso pedagógico.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma análise discursiva das orientações apresentadas nos fascículos da série: “Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares”, do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Este projeto foi instituído nas escolas brasileira pelo decreto n. 6.286 de 05 de dezembro de 2007, elaborado no âmbito do Ministério da Educação e Saúde com intuito de subsidiar as escolas no processo formativo integral das/os estudantes, em vista da constituição do sistema de atenção social, provendo a cidadania e os direitos humanos. Entre as ações deste projeto destacam-se as atividades voltada para a área da saúde sexual e reprodutiva (BRASIL, 2007).

Nessa direção, afirmam Russo e Arreguy (2015), que: “pode-se dizer que o programa SPE, (...), tem como base importante o campo da prevenção do HIV/Aids e da gravidez adolescente”(p.503). Desta maneira, segundo as autoras, o SPE, “dialoga fortemente com a noção de direitos humanos para lidar com o tema da sexualidade nas escolas, já que trabalha na perspectiva dos direitos reprodutivos e sexuais” (p.503).

Já os fascículos da série: “Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares”, foram criados em 2010, pelo convênio entre o Ministério da Educação e Ministério da Saúde, busca “trazer provocações e aprofundar o conhecimento que os (as) adolescentes e jovens têm a respeito de temas presentes em toda a sociedade, e que muitas vezes são tratados de maneira equivocada ou com preconceitos” (BRASIL, 2011, p.8). A série é constituída de oito os fascículos, sendo: Adolescências, juventude e participação; Álcool e outras drogas; Diversidades Sexuais; Gêneros; Metodologia de Educação entre Pares; Prevenção das DST, HIV, AIDS; Raças e Etnias; Sexualidades e Saúde Reprodutiva (BRASIL, 2010).

Especificamente, neste trabalho apresenta-se as análises discursivas²⁺ e pedagógicas realizada nas oficinas: i) Namoro ou amizade? ii) Parque de diversões, do fascículo: Sexualidades e Saúde Reprodutiva. Oficinas: i) Medo de quê? ii) Trabalhando com rótulos e solidariedade, do fascículo: Prevenção das DSTs, HIV e AIDS: adolescentes e jovens para a educação entre pares. Oficinas: i) E ou não é? ii) Diversidades e violências, do fascículo: Diversidades Sexuais (BRASIL, 2010).

Procedimentos Metodológicos

No tocante ao processo de análises das oficinas, ressalta-se que alicerçou-se nos recursos metodológicos da teoria de Análise de Discurso (AD) concebida a partir de Pêcheux (1997; 2015) e teoria do Discurso Pedagógico de Orlandi (1983; 2015).

Sobre a AD, para Pêcheux (1997): “o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que, quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto do discurso” (p.77). Assim, de acordo com Pêcheux (2002): “Toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso” (p.53).

Nessa direção, segundo Pêcheux (2002), ao realizar uma análise do discurso “A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas (...). Abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc” (p.50). Conseqüentemente, “Isto obriga a se construir procedimentos capazes de abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 2002, p.51).

Nesse sentido, para Orlandi (2015): “O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (p.20). Assim, alertam Guimarães, Paula e Hirai (2020), que é importante ressaltar que “na Análise do Discurso Pecheuxtiano (ADP) não existe a concepção da neutralidade do investigador” (p.42). Uma vez que tem-se ciência que o sujeito ao longo de sua história os sujeitos interiorizam suas escolhas, concepções ideológicas, entrelaçados nos contextos culturais, econômicos, políticos e sociais nos quais os estão inseridas/os.

Assim, do ponto de vista de Rodrigues e Melo, (2020, p. 02), a Análise de Discurso é, “empregada para designar uma técnica de análise ou um método de procedimento, aplicado em

pesquisas qualitativas” (p.2). E completam as autoras, “preferencialmente como parte do repertório metodológico compatível com determinados referenciais teóricos que se preocupam em desvendar e/ou desmistificar as ideologias dos discursos analisados”(RODRIGUES e MELO, 2020, p.2). Entretanto, Rodrigues e Melo, (2020), afirmam que: “não existe uma única forma de Análise do Discurso”(p.02). Pois, existem outras formas de realizá-las, dependendo da área do conhecimento que orienta o seu modo mais profícuo teórico-prático que possa existir. Nessa direção, também afirmam Guimarães, Paula e Hirai (2020): “O processo metodológico da ADP é diversificado e variado, não existindo um padrão hegemônico de sua aplicabilidade” (p.45).

Desse modo, apreende-se que o fazer metodológico da AD, é um dispositivo que possibilita ampliar a interpretação discursiva dos sujeitos. Que para Orlandi (2015): “Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro” (p.57). Ainda, de acordo com Orlandi (2015), este dispositivo possibilita: “ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras” (p. 57).

Nesse sentido, segundo Orlandi (2015) a Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro” nas interpretações de discursos, mas sim, o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica, contextualizada, inseridas como afirmam Pêcheux e Fuchs (1993) no “conjunto complexo determinado de formações ideológicas” (p. 167).

A escolha de utilizar a Análise do Discurso Pecheuxtiano, se deu em razão que este dispositivo "extrapola a noção entre o discurso e a realidade social, ou manifestação do próprio material discursivo expresso em textos de jornais, revistas, novelas, livros e fascículos temáticos de programas governamentais. Observa-se, assim, que os discursos são carregados de sentidos e significados. Então, é nossa intenção desnudar de certas aparências discursivas em busca da possível essência das ideologias dos textos das oficinas do fascículo: Sexualidades e Saúde Reprodutiva.

Em relação a discurso pedagógico, parte-se da constatação há inúmeras formações discursivas e que, por essa perspectiva, os sujeitos se apropriam delas e as potencializam, dando e/ou criando novos sentidos. Tendo em vista que, para a Análise do Discurso, as condições de produção dos enunciados são responsáveis pelos sentidos construídos, todo texto, portanto, está inserido ou participa de perspectivas histórico, culturais e sociais. Logo, não há discurso vazio ou inédito, mas discursos que se apropriam de outros e se transformam.

É nessa consoante que trata-se do Discurso Pedagógico (DP) na perspectiva da Análise de Discurso. *A priori*, concebe-se o Discurso Pedagógico como um modo de produção de conhecimentos que dá voz às construções de saberes e considera as possibilidades dessas construções.

Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental na sociedade, uma vez que é nela que ampliar a constituição de saberes, que de acordo com Saviani (2003): “O saber escolar pressupõe a existência do saber objetivo (e universal). Aliás, o que se convencionou chamar de saber escolar não é outra coisa senão a organização sequencial e gradativa do saber objetivo”

(p.62). E completa o autor, “disponível numa etapa histórica determinada para efeito de sua transmissão-assimilação ao longo do processo de escolarização” (SAVIANI, 2003, p.62).

Cientes que estes saberes não apresentam-se de modo isolado ou inocente, pelo contrário, expressam-se de acordo com o contexto político, social e cultural que a escola está inserida. Destarte, segundo Orlandi (1983) o Discurso Pedagógico, manifestam-se na sociedade e conseqüentemente no âmbito escolar, tipificado de três maneiras, sendo: discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário. Assim, para Orlandi (1983): “o discurso lúdico como sendo aquele em que a polissemia está aberta e o referente presente como tal e nessa direção eles se expõem aos efeitos de sentidos, segundo ela o (exagero é o *non-sense*)” (p. 9), Já o discurso polêmico, por sua vez “mantém a presença de seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada” (ORLANDI, 1983, p. 10). Sobre o discurso autoritário, Orlandi (1983), afirma que: “o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido), em que se diz: isto é uma ordem” (p.10).

Nessa direção, para Nogaro (2000), o Discurso Pedagógico é provocado por interferências e pode, a seu modo, apresentar-se de diferentes maneiras e em outros contextos que não o escolar visto que esses discursos atravessam os muros da escola. Por assim ser: “O Discurso Pedagógico, comumente, é visto como autoritário porque não leva em conta as condições de produção da leitura do aluno, fazendo com que o aluno real e o virtual coincidam sem que se opere uma mudança nas condições de produção” (NOGARO, 2000, p. 14).

Sendo assim, pode-se encontrar na tipologia discursiva, a qual Orlandi (1983) estabelece como base, o referente e os participantes do discurso, ou seja, “o objeto do discurso e os interlocutores” (p.09). Considera-se, então, quando pensamos discursivamente na linguagem, que seja difícil traçar limites escritos entre esses elementos do discurso. Daí, para Orlandi (2015), “todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos” (p.34).

Em relação aos processos parafrásticos, completa Orlandi (2015)), que são: “aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória [...]a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer”(p.34). A partir disso, verifica-se que há diferentes formulações discursivas de um dizer sedimentado. Enquanto a paráfrase está do lado da estabilização, a polissemia é processual e movente, no entanto, é passível de rupturas de processos de significação. E assim, nesse jogo discursivo, por vezes, se dão esses dois processos as margens dos equívocos. Temos, com isso, por exemplo, que: “toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas” (ORLANDI, 2015 p. 34).

Por isso, por um lado, para Nogaro (2000, p. 20): “captar ou investigar quais os discursos silenciados ou não manifestos, muitas vezes, nos dão um quadro muito mais real do que se passa na escola e na sala de aula do que ouvir e aceitar os discursos que estão manifestos

ou são dominantes.”. Sendo assim, ainda para esse autor: “é preciso mostrar que o discurso tem compromisso com quem o produz” (NOGARO, 2000, p. 21).

Assim, esta pesquisa teve por objetivo analisar a discursividade da proposta nas oficinas pedagógicas: adolescentes e jovens para a educação entre pares, inseridas no Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Quer a pesquisa, desta maneira, contribuir com o debate sobre os discursos estabelecidos pelo Estado brasileiro sobre o estudo da sexualidade e saúde reprodutiva nas escolas, na busca de subsidiar educadoras/es, autoras e atores sociais envolvidos com a causa de uma escola crítica e emancipativa, especialmente na luta em prol à educação, à informação e a assistência para saúde sexual e reprodutiva.

É importante esclarecer que o processo da análise discursiva das oficinas, priorizou-se as orientações das oficinas pedagógicas presentes em três dos fascículos sexualidades e saúde reprodutiva: adolescentes e jovens para a educação entre pares, uma vez que esses tratam diretamente da questão da sexualidade. São eles: Sexualidade e Saúde Reprodutiva; Prevenção das DST's, HIV e AIDS e Diversidades Sexuais.

Fascículo Sexualidades e Saúde Reprodutiva: Adolescentes e Jovens para a educação entre pares

Este fascículo traz a temática sexualidade como temas prioritários de debate, em razão que estar “presentes nas escolas, nos serviços de saúde, nos meios de comunicação social, nas famílias, nos grupos de amigos(as) e até nas instituições religiosas, empresas e diferentes grupos da sociedade” (BRASIL, 2010, p. 11).

Cientes que essa temática atravessa a vida de todas/os, gerando dúvidas, polêmicas, debates, discussões e questionamentos que precisam ser tratados de maneira franca, simples, transparente e sem causar qualquer tipo de constrangimento para professoras/es, profissionais da saúde, ativistas de movimentos sociais, entre outros segmentos da sociedade civil organizada.

Nessa direção, o fascículo “Sexualidade e Saúde Reprodutiva”, também, além de textos e sugestões, possibilita que as/os educadoras/es possam se basear e construir coletivamente novos métodos de relacionamento consigo e com as demais pessoas, enfatizando conteúdos sobre os temas sexualidade e saúde reprodutiva (BRASIL, 2010, p.11).

Sobre a conceituação de sexualidade, parte-se ao que afirma a Organização Mundial de Saúde (OMS), com sendo:

um aspecto central do ser humano durante toda sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (WHO, 2015, p.15).

Nesse sentido, apreende-se que a sexualidade é, portanto, um processo constitutivo do ser humano, marcada pelas condições materiais objetivas de fatores e valores culturais, biológicos, psicológicos, sociais no tempo e espaço em que estão inseridas/os as/os adolescentes e jovens.

Assim, para Foucault (2001): “um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida (...). Nada daquilo que ele é escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas (...). É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular” (p.43). E completa Foucault (2007) que o:

próprio termo "sexualidade" surgiu tardiamente, no início do Século XIX. É um fato que não deve ser subestimado nem superinterpretado. Ele assinala algo diferente de um remanejamento de vocabulário; mas não marca, evidentemente, a brusca emergência daquilo a que se refere. O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos (p.9).

Nessa direção, a Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), afirma que:

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas. Manifesta-se desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. Além disso, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras (BRASIL, 1997, p. 295).

Em relação a conceituação de saúde sexual, no fascículo sexualidades e saúde reprodutiva, apontam que: “é a integração dos aspectos somáticos, emocionais, intelectuais e sociais do ser sexual, de maneira a enriquecer positivamente e a melhorar a personalidade, a capacidade de comunicação com outras pessoas e o amor” (BRASIL, 2010, p.17). E afirmam que “O propósito dos cuidados da saúde sexual deveria ser o melhoramento da vida e das relações interpessoais, e não meramente orientação e cuidados relacionados à procriação e doenças sexualmente transmissíveis” (BRASIL, 2010, p.17).

Sobre o conceito de Saúde Reprodutiva, este fascículo sexualidades e saúde reprodutiva, ressaltam que “é definida como sendo o estado de bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo, às suas funções e processos e não à mera ausência de doenças ou enfermidades” (BRASIL, 2010 p.17). Assim: “A saúde reprodutiva implica que as pessoas sejam capazes de desfrutar uma vida sexual segura e satisfatória, com liberdade para decidir se querem ou não ter filhos (as), o número de filhos(as) que desejam e em que momento da vida gostariam de tê-los(as) (BRASIL, 2010 p.17).

Nessa direção, apreende-se que a sexualidade, saúde sexual e reprodutiva são processos da constituição humana que nos acompanha durante a vida, não se restringe somente ao ato sexual, pois envolve emoções, sentimentos e nos motiva a procurar o contato físico, a intimidade, o afeto, o zelo e o desvelo de um relacionamento mútuo.

Em relação como a temática da sexualidade, saúde sexual e reprodutiva são apresentadas nas escolas, de acordo Russo e Arreguy (2015): “foi apenas no final dos anos 80 e

início dos 90, período de auge da epidemia de HIV/Aids, que o tema da sexualidade adquiriu grande espaço nas discussões educacionais, mas passou a ser limitado ao conceito de “sexo seguro” (p.502). Que segundo César (2010): “A partir desse momento, o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi definitivamente colonizado pela ideia de saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência, tomadas como sinônimo de problema de saúde física e social” (p.68). Ainda para o autor: “Assim, projetos como prevenção de DST/AIDS, gravidez e do uso de drogas foram desenvolvidos com base na ideia de prevenção como paradigma do discurso sobre a educação sexual (CÉSAR, 2010, p. 68)

Nessa direção, de acordo com as PCN de 1997:

A escola, sendo capaz de incluir a discussão da sexualidade no seu projeto pedagógico, estará se habilitando a interagir com os jovens a partir da linguagem e do foco de interesse que marca essa etapa de suas vidas e que é tão importante para a construção de sua identidade. A comunicação entre educadores e adolescentes tenderá a se estabelecer com mais facilidade, colaborando para que todo o trabalho pedagógico flua melhor. (...) legitima o papel e delimita a atuação do educador neste campo (BRASIL, 1997, p. 297).

Nesse contexto que o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), é inserido nas escolas, por meio dos fascículo sexualidades e saúde reprodutiva, para adolescentes e jovens no âmbito escolar.

Desta maneira, em um estado democrático de direitos, o governo brasileiro reconhece que a saúde sexual e a saúde reprodutiva de adolescentes e jovens são direitos que devem ser assegurados para o exercício da sexualidade livre e protegida, incluindo orientações e distribuição de métodos contraceptivos, cuidados pré-natais, parto seguro, cuidados pós-natais, prevenção ao aborto inseguro, incluído prevenção do aborto e orientações às consequências que o aborto possa advir.

Assim, vale destacar a definição dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que: “dizem respeito a muitos aspectos da vida: o poder sobre o próprio corpo, a saúde, a liberdade para a vivência da sexualidade, a maternidade e a paternidade. Mas podemos dizer que dizem respeito, antes de mais nada, aos acordos para a vida em sociedade e à cidadania” (BRASIL, 2010, p.18). Assim, o projeto SPE, compreende que: “Direitos reprodutivos compreendem o direito básico de todo casal e de toda pessoa escolher o número de filhos(as), o espaçamento entre um e outro; a oportunidade de ter filhos(as), de ter informação e meios de assim o fazer, gozando dos mais elevados padrões de saúde sexual e reprodutiva” (BRASIL, 2010, p.18).

Nessa direção, para Palma et al. (2015), nesse período: “O fato do governo intensionar um debate sobre a sexualidade pode ser considerado como algo positivo, visto que em algumas décadas atrás, esse assunto não era nem permitido, quanto mais estimulado” (p. 729).

Entretanto, é importante destaca que após o golpe de 2016, várias conquistas de garantias de direitos vem sofrendo ataques, negação da ciência e retrocessos políticos em várias áreas, especificamente em relação aos direitos da saúde sexual e reprodutiva. Nessa direção, afirmam Alves e Cavenagli (2019): “Sem dúvida, as ações para o progresso da equidade de gênero e em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos ficarão prejudicadas. Nessa área, a situação institucional no Brasil nunca esteve tão débil” (p.23).

Assim, é importante resalta que é pilar de uma sociedade democrática o respeito dos

direitos à saúde sexual e reprodutiva, para que exista de fato nas escolas, uma educação sexual comprometida com formação cidadã em prol da luta dos direitos e superação de uma sociedade patricarcal, machista e sexista.

Oficinas do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas

Cientes que uma oficina é uma forma de produção do conhecimento, na qual, por meio de jogos, dinâmicas ou brincadeiras participantes refletem e discutam sobre temáticas propostas. Que exige planejamento e organização, no qual demanda criatividade e tempo (VIESBA-GARCIA *et al.*, 2020).

Desse modo, para Viesba-Garcia *et al.*, (2020), oficinas são

espaços onde os saberes coletivos são compartilhados de maneira a sensibilizar e contribuir na formação do senso crítico individual, trazendo, para si, a responsabilidade do pensar, do agir, do saber fazer em prol dos contextos que afetem a todas/os, ou seja, transformações individuais que levem às transformações coletivas (p. 56).

Sendo assim, tem-se ciência que uma oficina “ É, na verdade, uma ‘obra em construção’ que pode e deve ser adaptada e melhorada pelos (as) próprios educadores (as) entre pares, conforme os objetivos específicos de cada ação e conforme a realidade local (BRASIL, 2010 p. 31). Nessa direção apontam Viesba-Garcia *et al.*, (2020), que oficinas podem ser ferramentas pedagógicas que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem e promoção da interdisciplinaridade e intersetorialidade no contexto escolar. Assim sendo, acredita-se que as oficinas do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) são objetos de transformação de um/a sujeito e da coletividade.

Segue a análises dos fascículo e suas respectivas oficinas, objetos de estudo dessa pesquisa.

Fascículo: Sexualidade e Saúde Reprodutiva: adolescentes e jovens para aeducação entre pares

Namoro ou amizade?

O tema desta oficina “Namoro ou Amizade?” tem como objetivos: “Explorar a diversidade e amplitude de sensações e emoções que existem em um relacionamento afetivo ou sexual” e “Discutir as situações em um relacionamento em que existam desrespeito e violência” (BRASIL, 2010, p. 27).

O enunciado “Namoro ou amizade?”, representado por uma pergunta, parece apresentar uma temática própria a adolescentes, ou seja, uma discursividade que explicita a dificuldade de adolescentes e jovens em definir seus sentimentos em uma cultura determinada pelos modos de significar advindos do espetáculo midiático concedido ao tema da sexualidade revelando o modo de existência da linguagem que é social.

Nesse sentido, para interpretar e diferenciar essas palavras (namoro ou amizade?), o analista de discurso constrói seu próprio dispositivo de análise, isso porque mesmo considerando que esses termos apontem para dois acontecimentos diferentes – namorar ou ser amigo - seu objetivo não deve se ater apenas em situar a diferença entre essas formas de relacionamento, mas

sim ao efeito de sentido produzido pela conjunção “ou” nessa expressão, seguida de um ponto de interrogação: “Namoro ou amizade”?

Afinal, pergunta-se, o que acaba por significar essa possível alternância ou exclusão: ou namoro ou só amizade? Ou melhor, se namoro, não sou amigo? Uma alternância problemática que pode vir a excluir a existência e problematização de tantas outras possibilidades de relacionamento presentes nesta faixa etária, o que é uma questão que não nos parece ser devidamente considerada nas oficinas, uma vez que o direcionamento fornecido para o desenvolvimento das discussões está previamente definido. Suas etapas são descritas minuciosamente e as conclusões predefinidas, como veremos no decorrer das análises.

De modo didático, a oficina, já de início, convoca os jovens e adolescentes a discutirem possíveis significados sobre relacionamento com a prioridade em relacionamentos desrespeitosos ou violentos, o que significa supor a existência de um interdiscurso que diz da existência de relações desrespeitosas com adolescentes e jovens. Daí a necessidade “pedagógica” de explicitá-las e problematizá-las.

Ressalta-se que, para Orlandi (1983), o discurso concebido não deve ser uma mera transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre interlocutores (eu e o outro), a situação, o contexto histórico-social e cultural devido as condições de produção, tudo constitui o sentido da sequência verbal produzida. Tal como a autora completa, há, nos mecanismos de toda formação social, regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações situacionais no interior do discurso. Assim, para Orlandi (1983, p. 26): “É o lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, que é constitutivo da significação discursiva”.

Nas instruções iniciais da Oficina 2, temos um quadro/tabela com a presença de três itens. Nele constam os “Objetivos”, os “Materiais necessários para a confecção da oficina” e o terceiro item “Questões a serem respondidas”. Em relação ao terceiro item, vemos quais são essas questões que devem ser respondidas:

quais as formas de relacionamento que os(as) adolescentes e jovens estabelecem nos dias de hoje?; O que se espera de um(a) amigo(a)?; O que se espera de um(a) namorado(a)?; Que situações de desrespeito e/ou violência podem acontecer em um relacionamento?; Por que acontecem?; O que garante uma prática sexual segura, dentro de um relacionamento? (BRASIL, 2010, p. 27).

Pode-se constatar que as questões direcionadas para serem respondidas pelos participantes da oficina, no caso, adolescentes e jovens, parecem, sem dúvida, apresentar a possibilidade de um questionamento crítico-analítico. E, nesse sentido, a série de perguntas da oficina 2 apresentam uma materialidade discursiva que pode contribuir com a produção e substituição de novos sentidos entre pares produzindo deslocamentos. Afinal, como afirma o texto que subsidia o desenvolvimento da oficina: “existem várias formas de se relacionar, afetiva e sexualmente: “meninos com meninos, meninas com meninas; meninas com meninos; meninos com meninos; meninos com meninas e com meninos” (BRASIL, 2010, p. 29).

É por isso que “o preconceito e a discriminação que sofrem as pessoas que têm uma orientação sexual diferente da heterossexual fazem com que muita gente ainda tenha dificuldade de exercer a sua sexualidade e afetividade na sociedade” (BRASIL, 2010, p. 29). Nessa consoante,

a produção histórico-social e cultural faz parte também das dificuldades de o sujeito exercer a sua sexualidade e afetividade uma vez que este é sempre interpelado pela ideologia.

Por isso, a oficina pedagógica é ferramenta metodológica de fácil compreensão de temáticas necessárias de serem tratadas, tal como, a sexualidade, a violência e relações interpessoais, muitas vezes, conflituosas de gênero no contexto escolar. O discurso pedagógico, nesse prisma, poderá impactar os sujeitos participantes da oficina. Sendo assim, vejamos no texto a seguir:

[...] as adolescentes, por exemplo, quando ficam com muitos meninos são olhadas e taxadas como “galinhas”, como vulgares, promíscuas. Já os meninos mesmo ficando com muitas meninas não se tornam alvo de taxações e preconceitos ou violência, ao contrário muitas vezes passam a ser mais respeitados na sociedade e admirados por muitas pessoas, sobretudo pelos seus pares (BRASIL, 2010, p. 30).

De fato, se os discursos produzidos no interior das relações sociais e culturais ainda não garantem uma mesma vivência da sexualidade entre meninos e meninas, os efeitos daí decorrentes produzirão percepções e julgamentos dependendo do sexo da pessoa. Daí a diferença está na experiência da sexualidade entre meninos e meninas, entre homens e mulheres.

Em outro aspecto, o discurso pedagógico presente na oficina os textos estão escritos na regência verbal imperativa. Desse modo, a característica predominante do texto é uma sequência injuntiva, e isso da ideia de comando. Nessa direção, o funcionamento nos permite supor que principais intenções do discurso pedagógico são intencionalmente sob a forma de conscientização, como observa no texto:

[...] tanto em situações de namoro, quanto em situação de pouco compromisso com o(a) outro(a), não podem faltar os cuidados básicos para uma sexualidade segura: o respeito à integridade corporal do(a) outro(a), a camisinha, além de um lugar seguro para exercer a sexualidade sem riscos (BRASIL, 2010, p. 30).

Nesse sentido, a discursividade citada acima desvela a importância de informações que conscientize e assegure aos adolescentes e jovens uma saúde sexual e saúde reprodutiva isenta de riscos.

Portanto, considera-se que os discursos da oficina pedagógica “Namoro ou amizade”? do fascículo Sexualidade e Saúde Reprodutiva: adolescentes e jovens para a educação entre pares (BRASIL, 2010) apresenta tanto uma formação discursiva pedagógica com traços polêmicos, uma vez que investe na problematização e deslocamento de sentidos expondo o sujeito ao jogo da construção de saberes coletivos, e ao mesmo tempo autoritário, uma vez que percebemos a existência da contenção da polissemia, ou melhor, há uma polissemia controlada nas palavras, nas frases e nos textos da oficina pedagógica. De fato, não há espaços em que as/os participantes possam sugerir novas perguntas e novas expressões que digam e reflitam sobre uma outra possível experiência sexual que não seja tratada no fascículo.

Parque de diversões

Nesta oficina, cujo tema é Parque de diversões, tem-se como objetivos: “Promover conhecimento sobre os métodos contraceptivos; Possibilitar trocas de experiências sobre a escola e uso dos métodos contraceptivos; Refletir sobre o processo de decisão” (BRASIL, 2010, p.45).

Nessa consoante, parece-nos que os objetivos trazem uma materialidade a um interdiscurso que atribui aos adolescentes e jovens certas dificuldades na tomada de decisão quanto ao tipo e uso de método contraceptivo.

A partir disso, de fato, o que provoca certa estranheza é que o tema da oficina “Parque de diversões”, em lugar algum as expressões como “Parque” e a expressão “diversão” ou “Parque de diversão” são apresentados e nem tampouco discutido. Assim, se tomarmos como referência o sentido dicionarizado de parque como “terreno murado ou vedado; jardim extenso; área verde de uso particular ou público” (BUENO, 2007, p. 575). E, e diversão como: “divergência; distração; divertimento” (BUENO, 2007, p. 264).

Nesse sentido, pergunta-se afinal, o que essas expressões têm a ver com o uso de métodos contraceptivos? E mais, se parque de diversão aponta para terreno murado ou vedado que tipo de relação essa expressão pode estabelecer com a temática proposta pela oficina: a diversidade de métodos contraceptivos? Serão os métodos contraceptivos relacionados aos aparelhos e atividades (presentes em um parque de diversão) que distraem e divertem? Nessa direção, o exercício da sexualidade, ou melhor, o ato sexual entre adolescente e jovens pode ter significados como distração e diversão? Sendo assim, que tipos de efeitos essa expressão, que define a oficina, procura produzir entre os participantes?

Seguindo a mesma lógica apresentada na oficina anterior, já em sua introdução a oficina apresenta o quadro com os seguintes itens: “Objetivos, Materiais necessários e Questões a serem respondidas”. Em relação às questões temos:

quais são os métodos contraceptivos?; Como usá-los?; Quais as dificuldades encontradas no cotidiano para o acesso e uso de cada um?; O(A) adolescente tem acesso ao preservativo no serviço de saúde? Como acontece? Quais as dificuldades? Como deveria ser?; Os(as) adolescentes poderiam promover a disponibilização de preservativo na escola?; Quem mais na escola poderia ficar responsável por essa distribuição? (BRASIL, 2010, p.45).

Como observa-se, quase todas as questões se voltam para a temática dos métodos contraceptivos, serviços de saúde e preservativos. Isso porque nem todo adolescente e jovem conhece a diversidade existente de formas de proteção. Além disso, sabemos, a partir de nossa atuação profissional, que nas Unidades de Saúde não estão disponíveis todos os métodos contraceptivos para o uso de adolescentes e jovens. E, muitas vezes, o profissional da saúde não disponibiliza tempo para realizar entrevista, colher dados objetivos e subjetivos para que possam sugerir ao adolescente e jovem o método capaz de assegurar conforto e segurança durante sua atividade sexual. De fato, as dificuldades de adolescentes e jovens em terem acesso e orientações sobre o uso de métodos contraceptivos em Unidade Básica de Saúde (UBS) reforça ainda mais a necessidade de informações que possam lhes proteger das dificuldades que já conhecem.

Sendo assim, mais uma vez, observa-se que face à necessidade pedagógica de conscientização dos adolescentes e jovens sobre o uso de preservativos não percebeu a existência de espaços para que novas questões sejam elaboradas e incluídas no próprio texto pelos participantes das oficinas.

Nessa direção, Rangel, Mocarzel e Pimenta, (2016) competências estão intimamente

relacionadas às operações cognitivas dos sujeitos, ou seja, não basta conhecer determinada informação e ou orientações quanto ao uso de métodos contraceptivos. A ideia de competência pressupõe que adolescentes e jovens saibam o que fazer com a informação, estando, portanto, interligada à capacidade de abstrair conhecimentos e transportá-los para outras esferas, inclusive no seu contexto de vida. Desse modo, a reflexão que não se pode excluir é a importância da linguagem na produção de sentidos que circulam diariamente para constituição dos sujeitos e isso lhes trará não apenas competências, e sim habilidades em saber usá-los. Afinal, somente a pessoa sabe o que vivencia em seu contexto, e, além disso, ninguém tem experiência igual ao outro porque pessoas são diferentes. Daí a importância de linguagem na produção de sentidos que atuam na constituição dos sujeitos (RANGEL, MOCARZEL e PIMENTA, 2016).

É por isso que refletir, aprender e reaprender não podem ser considerados como apenas uma competência de ordem cognitiva, mas concebida em seu teor subjetivo, pois cada um tem seu sentido e os “sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não têm o controle e nos quais o equívoco, o trabalho da ideologia e do inconsciente, são largamente presentes” (ORLANDI, 2015, p. 58).

O que não se coloca em questão são os motivos subjetivos a partir dos quais os adolescentes e jovens não aderem ao uso de camisinha, seja ela masculina ou feminina. Pergunta-se: Por que existe tanta dificuldade para o uso dos demais métodos contraceptivos? Será apenas uma questão de informação e de escolha?

Em relação ao discurso pedagógico utilizado para a apresentação e discussão dos métodos contraceptivos, valendo-se de uma “linguagem científica”, de como se deve usá-los, demonstrando métodos sequenciais e, desse modo, acaba-se por priorizar a transmissão de informações desconsiderando que cada pessoa tem seu próprio modo de ser, suas escolhas e sensibilidades próprias.

Assim, em relação a oficina parque de diversões, observa-se o que poderia ser um espaço de troca de significações e constituição de sentidos individuais, transforma-se em uma forma de direcionar os adolescentes e jovens limitando, muitas vezes, a capacidade de cada um expressar seus sentidos materializados pela formação discursiva e ideológica a partir das quais se constituíram. Uma discursividade com um funcionamento tipicamente autoritário uma vez que tanto seus “objetivos” como as questões a serem respondidas apontam para a contenção da polissemia, já que o agente do discurso (os enunciados apresentados) se pretendem como únicos, ocultando, no texto, espaços para uma possível problematização por parte dos participantes das informações que são transmitidas.

Fascículo: Prevenção das DSTs, HIV e AIDS: adolescentes e jovens para a educação entre pares

Medo de quê?

Nesta oficina foram utilizadas estratégias lúdicas para estimular práticas sexuais prazerosas e afetuosas, bem como reduzir o preconceito e a discriminação em relação às escolhas de sujeitos. Nesse sentido, os conceitos de identidade de gênero e diversidade foram

problematizados. A oficina tem como objetivo: “Estimular a reflexão sobre os sentimentos e os receios que os(as) adolescentes e os (as) jovens têm sobre relação sexual e dificuldades de estabelecimento de atitudes preventivas” (BRASIL, 2010, p. 21).

Tendo como referência o objetivo proposto, supõe-se que a frase interrogativa “Medo de quê?” encontra-se diretamente relacionada a uma dificuldade das/os participantes quanto ao uso (ou não) de preservativos. Assim, na introdução da oficina, há o item: “Questões a serem respondidas”: Por que mesmo sabendo da importância de se usar o preservativo, muitos adolescentes e jovens não usam?” e “Por que muitas adolescentes e jovens ainda têm dificuldade de pedir para o parceiro usar a camisinha?” (BRASIL, 2010, p. 21).

Determinada por um discurso pedagógico empenhado na conscientização das/os participantes a oficina problematiza a dificuldade que jovens e adolescentes têm em se posicionar face ao parceiro ou parceira, produzindo relações, muitas vezes, desrespeitosas e abusivas, situações que se tornam ainda mais complexas e conflituosas quando significadas a partir de questões de gênero. Também, coloca-se em questão a existência de uma discursividade preconceituosa cujo funcionamento acentua as diferenças entre homens e mulheres. Essa discursividade que foi construída ao longo da história por meio dos costumes, ideias, crenças e regras criadas pela sociedade dificultando a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

É nesse sentido que parece que se torna importante ter informações objetivas sobre medidas preventivas de ISTs, na busca de reduzir o preconceito às diversidades sexuais. Uma vez que com o discurso pedagógico, por vezes, autoritário, não convence, não muda, não satisfaz a intenção de transmitir conhecimentos, não estabelecendo uma relação de troca entre pares, ao contrário despertar o sentimento de medo e, até mesmo, de preconceito e inibição. No entanto, pelo que percebeu na oficina, “Medo de quê?”, há uma predominância de discursos materializados ideologicamente, o que provoca, às vezes, uma reação predominantemente autoritária, não havendo, portanto, a certeza de que a reação das/os participantes será um motivador ou inibidor de respostas no sentido da autoproteção.

A construção discursiva baseada na autoproteção é importante para o conhecimento dos métodos de barreira para uma possível gravidez e prevenção das ISTs, muitas adolescentes e jovens ainda têm relações sexuais sem preservativo (MOREIRA, *et al* 2022). Este cenário, desvela as relações conflituosas de gênero, porque o machismo ainda está arraigado em toda sociedade e atribuindo sentidos materializados historicamente, como apontam os Moreira *et al* (2022), que as principais razões do não uso de preservativos, estão:

desconhecimento do uso correto, não receber orientações de como conseguir o preservativo gratuitamente, não ter acesso aos serviços de saúde, receio de ser inconveniente e incomodar, iniciação sexual precoce, não dispor do insumo no momento do ato sexual, não ter tido tempo para o uso devido ao tesão momentâneo, interferência no prazer, ter parceiro fixo, ter dois ou mais parceiros sexuais, ser menor idade, baixa escolaridade materna, menor escolaridade dos adolescentes, menor nível socioeconômico, não aceitação do(a) companheiro(a), pensar que o(a) parceiro(a) não tinha ISTs e HIV, não gostar de usar camisinha, ter confiança no parceiro(a), usar álcool, usar drogas lícitas ou ilícitas e ser do sexo feminino (p.6).

Observa-se que os discursos apontados por Moreira *et al* (2022), estão repletos de

sentidos ideológicos e cuja formação discursiva é marcada por um machismo, determinado por fatos sociais e acontecimentos ao longo da história de uma sociedade patriarcal e sexista. Nessa direção, apreende-se o quanto as discussões problematizadas pela oficina são fundamentais para a compreensão das/os participantes sobre medidas preventivas das ISTs e possíveis gravidez. Uma discussão que acaba, necessariamente, incluindo questões de gênero e das diversidades sexuais.

Para o SPE, o conceito de gênero é compreendido como o conjunto de representações sociais e culturais elaboradas a partir da diferença biológica dos sexos, e, nesse sentido, as noções de “masculino” e “feminino” são construções sociais e podem ser transformadas. E, ainda que as discussões subsidiadas por esse conceito de gênero possam ir à contramão de concepções arraigadas das/os participantes, essa discussão é enfrentada e problematizada a partir de um discurso determinado por reflexões teóricas da área.

Entretanto, apesar de aparentemente se apresentar como um discurso pedagógico do tipo polêmico, as problematizações em relações entre gêneros, apresentadas aos interlocutoras/es, desvela a predominância de uma polissemia contida.

Trabalhando com rótulos e solidariedade

A oficina apresenta um enunciado cujo sentido parece convocar a todas/os – adolescentes, jovens e educadoras/es – para trabalhar. Em relação à flexão do verbo “trabalhar” no gerúndio, sabemos que significa o mesmo que, operando, trabalhando, labutando, obrando, trabucando, ou seja, uma ação contínua. Já em relação ao significado da palavra rótulo, encontramos no sentido figurado “Legenda; etiqueta” (BUENO, 2007, p. 689).

Esse conjunto de expressões compreendemos que o trabalho a ser realizado é uma consequente solidariedade e se dará em relação aos rótulos (preconceitos) que discriminam.

A oficina sugere em seu discurso que “respeito e solidariedade para com as pessoas que vivem com HIV e Aids são elementos fundamentais para o seu desenvolvimento como seres humanos com direitos como qualquer outra pessoa” (BRASIL, 2010, p. 49).

Nessa direção, a estratégia utilizada na oficina foi fundamental para estimular as/os participantes e colocar em prática sua cidadania para que as pessoas não corram o risco de apresentar estigmas e preconceitos. Para tanto, a oficina utiliza de outras estratégias que motiva, divulga informações e possibilita as/aos participantes argumentar e adquirir conhecimento. Assim como as demais oficinas, na introdução apresenta o enunciado a partir do qual delimita um número de questões a serem respondidas. São elas:

que adolescentes e jovens costumam ser tratados(as) com discriminação?; Do que, geralmente, são chamados os adolescentes e jovens quando são discriminados?; Do que, geralmente, são chamados(as) as adolescentes e jovens quando são discriminadas?; Se um(a) adolescente ou jovem vivendo com HIV/aids revelasse seu diagnóstico na sua escola, o que aconteceria?; O que poderíamos fazer para diminuir o preconceito e a discriminação (na nossa escola, no nosso bairro, no grupo de amigos (as) etc. em relação aos (às) que são excluídos seja lá porque motivo for? (BRASIL, 2010, p. 47).

Em relação ao conteúdo das perguntas, a palavra discriminação é citada várias vezes,

produzindo tensão no texto. O que muda são as instituições em que essa ação pode se inscrever: família, grupo social e escola. Não há dúvida de que seu objetivo é novamente refletir e problematizar as diversas formas e tipos de relacionamentos e situações que emanam desrespeito e violência. Sua finalidade parece ser convencer a/o estudante a diminuir o preconceito e a discriminação às diversidades sexuais. Entretanto, não localizou-se na oficina questões relacionadas ao “reconhecimento de diferentes possibilidades de vivência da sexualidade, sobretudo, no que se refere às orientações sexuais e identidades de gênero que fogem ao padrão heterossexista da sociedade atual” (COELHO e CAMPOS, 2015, p. 897).

Nessa direção, concorda com Coelho e Campos (2015), que “escola é um lugar privilegiado para a discussão e problematização de significados que excluem e estigmatizam estes sujeitos” (p.895). Assim, faz-se necessário também “investigar os sentidos atribuídos por esses professores e alunos à diversidade sexual, procurando entender como se constroem esses entendimentos, como eles são influenciados socialmente, sobretudo no ambiente escolar” (COELHO e CAMPOS, 2015, p.395).

Nessa direção, observa-se ainda que as estratégias discursivas e técnicas de mediações utilizadas na oficina proponham romper um percurso do dizer sobre a deslegitimidade de discriminações, na busca de sujeitos solidários/os e conscientes, o discurso pedagógico apresentar traços autoritários, pois ele se traduz como sendo de natureza informativa.

Diversidades Sexuais: adolescentes e jovens para a educação entre pares É ou não é?

Nesta oficina, o tema tem como enunciado a expressão “É ou não é?”, uma expressão que significa a necessidade de uma categorização quanto à orientação sexual. A oficina tem como objetivo: “Debater preconceitos associados à questão da orientação sexual de modo a problematizá-los” (BRASIL, 2010, p. 27).

Apresentado de modo imperativo, o verbo “debater” diz da necessidade de discutir, questionar e trocar ideias com as/os participantes a respeito de significados de natureza preconceituosa materializados ao longo da história de vida de homens e mulheres. Uma discursividade que parece reconhecer o fato de que as/os participantes não estão isento de tais preconceitos, uma vez que constituídos por tais discursos produzidos pela sociedade acabam por incorporá-los em suas formações discursivas. Tem-se, então, a necessidade de problematizar, discutir e conscientizar sobre o assunto.

Desse modo, debater e refletir sobre o preconceito em relação à orientação sexual implica problematizar o seu próprio preconceito. Desse modo, o sujeito preso às ideologias histórico-sociais poderá ter dificuldade para vivenciar sua sexualidade.

No enunciado presente nas instruções iniciais da oficina tem o item “Questões a serem respondidas”. Sendo: “por que se diz que os(as) heterossexuais são normais e as demais orientações e manifestações da sexualidade são desvios de caráter ou pouca vergonha? O que você acha disso? Quem define a “normalidade”? Baseado em que critérios?” (BRASIL, 2010, p.27).

Apenas na pergunta: “O que vocês acham disso?”, elaborada com o dêitico “vocês”,

observa-se uma convocação direta as/aos adolescentes e jovens participantes da oficina. Uma estratégia que possibilita a esses sujeitos produzirem gestos de interpretação a partir de suas experiências. Afinal, como afirma Orlandi (2015): “se, ao dizer, nos significamos e significamos o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos”. (p.58). Assim, para a autora: “Além disso, para a AD, os gestos de interpretação realizados pelos sujeitos sempre se ligam aos processos de identificação, suas filiações de sentidos. “Sendo assim, descreve a relação do sujeito com sua memória” (ORLANDI, 2015, p. 58).

A questão é quando a resposta esperada é, paradoxalmente, subsidiada, ou melhor, determinada por um discurso que, apesar de crítico, já oferece, ou melhor, indica os elementos a partir dos quais a resposta deverá ser formulada. Um funcionamento que tende a repetir significados (críticos ou não) e, desse modo, pode vir a silenciar a memória dos sujeitos em questão.

No item destinado à conclusão da Oficina, tem-se uma série afirmações com o propósito de alcançar o objetivo da Oficina: “Debater preconceitos associados à questão da orientação sexual de modo a problematizá-los”(BRASIL, 2010, p. 29-30). Sendo: “Existem três tipos de orientação sexual: a hetero, a homo e a bissexual. Uma pessoa heterossexual sente desejo por pessoas de outro sexo. A homossexual (lésbicas e gays) inclina-se por pessoa(s) do mesmo sexo. Os e as bissexuais sentem atração por pessoas tanto do sexo feminino quanto do masculino (p.29). E continuam, afirmando que: “Só o próprio indivíduo conhece de fato os seus desejos, tendo a opção de vivenciá-los ou negá-los. Transexuais e travestis são pessoas cuja expressão de gênero (masculino e/ou feminino) vai muito além do comportamento que se espera delas socialmente em função do sexo biológico” (BRASIL, 2010, p.29).

Desse modo, pontuam que os transexuais e travestis:

constroem seu corpo a partir de sua identidade de gênero, isto é, a forma como se sentem e se portam como homens ou mulheres; Travestis são pessoas cuja identidade de gênero não se enquadra em nenhuma referência preestabelecida: masculino ou feminino. A travesti rompe com essa norma por constituir uma identidade que está para além dos gêneros e para além de ser homem ou de ser mulher. A travesti é travesti. Transexuais são pessoas cuja identidade de gênero é oposta ao sexo biológico (de nascimento), com desejo de viver e de serem reconhecidas por essa identidade. Elas podem, também, demonstrar sentimento de inadaptação às características sexuais de seu corpo, inclusive os órgãos genitais, podendo buscar meios de adaptá-los a essa identidade constituída e vivida (BRASIL, 2010, p.29).

Nessa direção, completam: que:

Dragqueens ou drag kings são pessoas que constroem um(a) personagem do sexo oposto, a partir de uma performance corporale artística, utilizando roupas e adereços para uma releitura estilizada e humorada dos estereótipos de gênero. Ao fazer isso, podem estar no fundo questionando as hierarquias e desigualdades. Não necessariamente essas pessoas são homossexuais. Crossdressers são homens que, independentemente de sua orientação sexual, constroem um personagem feminino, interpretado mais no âmbito doméstico que no público. Diferenciam-se das dragqueens ou dragkings porque seus personagens buscam, muito mais, uma ilusão de ótica do gênero feminino do que sua releitura estilizada e humorada. Vale reforçar que sentir atração afetivo-sexual ou desejar uma pessoa do mesmo sexo e superar os limites das normas de gênero não é um erro da natureza: trata-se de diversas formas da construção da identidade, da expressão da sexualidade e da capacidade de amar que todo ser

humano possui. A orientação sexual (hetero, homo e bissexual), seja ela feminina ou masculina, e a identidade de gênero, não são doenças nem perturbações mentais. Portanto, é descabida a ideia de que é possível “curar” essas manifestações de identidade e sexualidade. Fazer isso seria uma enorme violência contra aquilo que cada um(a) tem de mais íntimo e profundo (BRASIL, 2010, p.29/30).

Como observa-se, essas conclusões, previamente formuladas, apresentam um discurso pedagógico determinado pelo claro objetivo de informar e conscientizar as/os participantes sobre as inúmeras formas de preconceitos que se pode vivenciar no contexto familiar, escolar ou em qualquer outro lugar, e desse modo promover uma conscientização e superação “de que existe um gênero “original” ou “natural” é biologizante, pois o sexo biológico determinaria, automaticamente, o gênero do indivíduo. É preciso superar esse determinismo enfatizando o caráter histórico-social da construção do gênero” (p.898).

Desse modo, a oficina revela uma discursividade determinada por reflexões e estudos acadêmicos e, portanto, dignos de referência. Contudo, acaba por antecipar as conclusões sem apontar espaços para outras considerações que não sejam as já delineadas. Sendo assim, caracteriza-se como um discurso autoritário, uma vez que não se localizou espaços para outros sentidos que sejam produzidas de modo singular de cada participante. Ou seja, uma escolha que não sabe-se até que ponto pode impossibilitar ou desmotivar a participação da/o adolescente e da/o jovem durante a oficina.

Diversidades e violências

Esta oficina também utiliza várias estratégias, motiva e transmite informações com o objetivo de fazer as/os participantes refletir e expressar seus sentidos em relação aos atos de violência e agressão, sejam estes perpetrados por outras/os ou por elas e eles próprios. Como nas demais oficinas, já nas instruções iniciais temos um enunciado com três itens: “Objetivos”, “Materiais necessários para a confecção da oficina” e “Questões a serem respondidas” (BRASIL, 2010, p. 42).

Quanto ao objetivo: “Discutir as diversas formas de violências e agressão do cotidiano na escola e no espaço público, especialmente em relação a adolescentes e jovens LGBT” (BRASIL, 2010, p. 42). Sobre as questões a serem respondidas:

como nos sentimos quando somos vítimas de ações agressivas? E quando somos os agressores?; De que maneira percebemos que cometemos uma agressão? Como se pode interromper uma onda de agressões?; Como podemos ajudar alguém que está ou que já passou por um tipo de agressão, como a ameaça de uma surra?; Você já presenciou alguma cena de agressão ou de xingamento contra jovens LGBTs? O que aconteceu? Que atitudes você tomou?; O que podemos fazer coletivamente na escola em que estudamos para evitar agressões e xingamentos contra LGBTs? (BRASIL, 2010, p. 42).

Como observa-se, a palavra agressão repete-se em quase todas as perguntas. Vale destacar que o fato de pertencerem a uma ou outra formação discursiva a palavra “agressão” pode mudar de sentido. Nessa direção, pergunta-se: por que ao invés de problematizar apenas discursos com significados definidos, não se apresentam espaços para a problematização de sentidos extraídos das/os participantes? Ou seja, o significado de agressão pode não ser o

mesmo significado para a/o participante, uma vez que os sentidos que esse apresenta tem relação direta com as formações imaginária e ideológica que ele apresenta. É por isso que considera-se de fundamental importância que momentos de escuta sejam oferecidos as/aos participantes, momentos que devem anteceder as discussão e reflexão sobre as informações a serem tratadas na oficina.

Em relação a violência, a oficina parte da seguinte afirmação, que “Há diversas formas de violência (física, psicológica, moral, sexual, institucional, doméstica, intrafamiliar) e todas elas são consideradas violações de direitos humanos” (BRASIL, 2010, p.44). Assim, “Quando falamos desse assunto, geralmente pensamos em pessoas malvadas, que agredem, roubam e matam. Entretanto, se prestarmos atenção, vamos ver que existem outras possibilidades de exercício da violência que estão presentes o tempo todo nas relações entre as pessoas” (BRASIL, 2010, p.44).

Desta maneira, o texto da oficina atribui sentido contraditório a ênfase dada aos direitos sexuais e aos direitos humanos que são “reconhecidos pelas leis e documentos internacionais consensuais” (TONELLI, 2008, p.70). Estes direitos incluem o direito à vida, a saúde, a educação, ao lazer, entre outros direitos. E as/os sujeitos, independentemente de sua identidade de gênero e orientação sexual não podem sofrer qualquer forma de preconceito, discriminação ou violência fazendo valer o respeito e a dignidade humana.

Ainda sobre violência o texto da oficina aponta, que: “a violência está sempre próxima. Ao contrário do que imaginamos, a violência não está só nas notícias dos jornais e do lado de fora de nossa casa. Ela já se manifesta, por exemplo, numa atitude de desprezo perante uma pessoa por ela ser diferente fisicamente, por pensar ou agir de modo diverso ao nosso” (BRASIL, 2010, p. 44). Sobre esse excerto, apreende-se que a afirmação “A violência está sempre próxima” pode induzir sensações de medo, ansiedade e angústia de sujeitos adolescentes e jovens.

A oficina apresenta outra temática contraditória, ao afirma que: “Na maioria das vezes, a segregação que o(a) aluno(a) homossexual sofre somente é notada pelo grupo de colegas mais próximos. A discriminação velada se manifesta por palavras irônicas, expressões fisionômicas, gestos, imitação desdenhosa ou representação de trejeitos” (BRASIL, 2010, p.44). Nessa direção, completam:

Quase sempre são insinuações em que fica difícil comprovar a intenção maldosa. Raramente o(a) aluno(a) homossexual vai procurar ajuda temendo receber represálias dos(as) adultos(as) e colegas que podem dizer “você mereceu!”. Por isso mesmo, o sofrimento desses(as) adolescentes e jovens é enorme. A única maneira de combater a discriminação velada é estar atento às brincadeiras, insinuações e zombarias muito comuns entre adolescentes e jovens e não permitir que passem despercebidas. (BRASIL, 2010, p.44).

Observa-se que o discurso de “discriminação velada”, expressão atribuída no fascículo do (SPE) parece-nos ocultar de certo modo, outras manifestações, e ou ocultar acontecimentos muito comuns nas escolas brasileiras, visto que, na expressão “palavras irônicas, expressão fisionômicas, gestos, imitação desdenhosa ou representação de trejeitos”, o sentido reforça, justifica, nega e até mesmo concorda com a expressão: “fica difícil comprovar a expressão maldosa”. Observa-se ainda que, na conclusão do fascículo aponta que a solução mais viável para combater a “discriminação velada”, é apenas por meio de conversas com o grupo

“sobre as diferenças individuais e sociais ajuda, em particular sobre a diversidade sexual, étnica, racial e de gênero, permitindo que tirem suas dúvidas” (BRASIL, 2010, p.44).

Ora, primeiro advertem quanto à “discriminação velada” quanto à homossexualidade, depois, outros tipos de diversidades são nomeados e, desse modo, poderá causar inculcação nos adolescentes e jovens. Sendo assim, pensamos diferente, não seria melhor tratar cada diversidades de modo separado e aprofundado?

No final a oficina refere ao tema: “Está na Lei”. No qual destaca a lei nº10. 948 de 5 de novembro de 2001 do Estado de São Paulo. (SÃO PAULO, 2001). Na referida lei, apresenta-se que o sujeito ou empresa que cometer violências (verbal ou física) estará sujeito a punições. E no artigo 1º dessa Lei diz o seguinte: “será punida toda manifestação atentatória ou discriminatória contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero. Assim, o texto da oficina afirma:

Então, mesmo no caso de se alegar que era apenas “brincadeira ou gozação”, a pessoa que discriminou a outra por conta da orientação sexual pode ser processada. A lei atinge principalmente empresas e estabelecimentos (tais como escolas e serviços de saúde) podendo vir a aplicar multa, suspensão ou até mesmo cassar a licença de funcionamento. Um(a) funcionário(a) público(a) pode vir a perder o seu cargo (BRASIL, 2010, p.45).

Isso posto, sabe-se que essa Lei apenas vigora no Estado de São Paulo (SP), deixando de lado outros Estados brasileiros que mostram dados estatísticos altos de casos de homicídio e feminicídio da população de adolescentes e jovens e outros grupos populacionais (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021; ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2021). Assim, compreende-se que ao apresentar a Lei do Estado de São Paulo, possibilita que as/os participante concientize busquem se organizarem para a implementação de política públicas contra todas as forma de violências contra as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, queers, pansexuais, agêneros, pessoas não binárias e intersexo (LGBTQI+).

Considerações finais

Diante das questões apresentadas dos discursos nos texto das oficinas do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), apontam que o tipo de discursividade são informativa. Assim, observou-se que os discursos trazem significados ideológicos, marcadas por interpretações acríicas e, sobre os direitos sexuais e reprodutivos e suas determinações históricas, sociais e culturais no qual as/os adolescentes, jovens, professoras/es estão inseridas/os.

Além disso, as oficinas apresentam um discurso pedagógico autoritário. Isso porque, de modo aparentemente paradoxal, ainda que os discursos presentes nas oficinas tenham disponibilizado as/aos participantes informações que colocam em questão a relação intrínseca entre saúde sexual, saúde reprodutiva, prevenção das ISTs e diversidade sexual, sustentam um discurso jurídico, como também um discursos do senso comum.

Observou-se ao longo dos textos apresentados nas oficinas que as singularidades e subjetividades das/os adolescentes e jovens, foram invisibilizados, uma vez que a discursividade apresentada servir-se de interdiscurso sobre sujeitos já pré-existentes: o sujeito discriminada/o sempre vítima de experiências (sexuais ou não) revestidas de violências, sendo: física, psicológica, moral, sexual, institucional, doméstica, intrafamiliar e todas elas consideradas violações de direitos

humanos.

Também, não localizou-se espaços para que as/os participantes pudessem inserir suas dúvidas, inquietações, angústias e incertezas sobre o sexo e a sexualidade vivenciadas em sua singularidade. Percebemos, desse modo, uma polissemia bastante controlada, característica nuclear de um discurso pedagógico autoritário. Contudo, apesar desta característica autoritária, as oficinas apontam reflexões as/aos estudantes de “cuidar” da sua saúde, adotando no dia a dia e no seu contexto de vida, medidas preventivas e protetivas para promoção de sua saúde sexual e saúde reprodutiva.

Ressalta-se, que este estudo reafirma a importância da escola como espaço de execução de projeto, entre os quais: o Programa Saúde na Escola (PSE). Entretanto, concorda-se com Silva Junior, Mattos e Santos (2018), de que: “A escola pode ser o cenário onde se promove o autocuidado, mas, para isso, diversos movimentos ainda precisam viabilizar tal processo, como valorização e formação dos trabalhadores da saúde e da educação” (p.1380). E com Medeiros *et al* (2018), ao apontaram que a “insuficiência de recursos materiais e financeiros e excesso de atribuições no processo de trabalho são exemplos de fatores que comprometem sua implantação” (p. 2127). Ações que são fundamentais serem enfrentadas para que de fato a intersectorialidade ocorra no espaço escolar, a busca da promoção dos direitos sexuais e reprodutivos.

Assim, este trabalho, quer contribuir com discussão sobre a temática da sexualidade no espaço escolar, com o intuito de colaborar com a superação das desigualdades de gênero, homofobias, misogenias, feminicídios, entre outras questões relacionadas diretamente as questões da sexualidade.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGLI, Susana. Progressos e retrocessos na conquista da equidade de gênero no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 122, p. 11-26, julho/agosto/setembro 2019. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/162614/156453>> Acesso em: 27/07/2022.

ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf> Acesso em: 05/07/2022.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf> Acesso em: 05/07/2022.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*.-2ª ed. São Paulo. FTD, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007*. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sexualidade e saúde reprodutiva. Adolescentes e jovens para educação entre pares. Saúde e prevenção nas escolas*. 2010.

BRASIL. *Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Adolescentes e jovens para a educação entre pares : sexualidades e saúde reprodutiva* / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

CÉSAR, Maria Rita. de Assis. Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos. *Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.* Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul,dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18684>> Acesso em: 27/07/2022.

COELHO Leandro Jorge; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 21, n. 4, p. 893-910, 2015. <<https://doi.org/10.1590/1516-731320150040007>>

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Graal, 2007.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro, PAULA, Marlubia Correa de, HIRAI, Wanda Griep. Análise de discurso aplicada a investigação qualitativa: perspectiva metodológica em debate. *Investigação qualitativa em ciências sociais: avanços e desafios*, n.4, p.40-54. 2020. <<https://doi.org/10.36367/ntqr.4.2020.40-54>>

MEDEIROS, Eliabe Rodrigues; PINTO, Erika Simone Galvão; PAIVA, Alany Carla de Sousa; NASCIMENTO, Camila Priscila Abdias; REBOUÇAS, Danielle Gonçalves da Cruz; SILVA, Sandy Yasmine Bezerra. Facilidades e dificuldades na implantação do Programa Saúde na Escola em um município do nordeste do Brasil. *Rev Cuid*, Bucaramanga , v. 9, n. 2, p. 2127-2134, 2018. <<https://doi.org/10.15649/cuidarte.v9i2.514>>

MOREIRA, Anderson da Silva; ALVES, Jean Scheievany da Silva; MELO, Géssyca Cavalcante de; PAIXÃO, Julya Thereza dos Santos; CARNAÚBA, Maria Clarisse Soares. Fatores associados ao não uso de preservativo por adolescentes brasileiros: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 5, 2022. <<https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28450>>

NOGARO, Arnaldo. O Discurso Pedagógico na perspectiva da Análise do Discurso. *Revista Pedagógica*. UNOESC- Chapecó, v. 2, n.4, p. 7-24. 2000. <<http://dx.doi.org/10.22196/rp.v4i4.3511>>

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. 12^a ed. Campinas- SP: Pontes, 2015.

PALMA, Yáskara Arrial; PIASON, Aline da Silva; MANSO, Almudena Garcia; STREY, Marlene Neves. Parâmetros Curriculares Nacionais: Um Estudo sobre Orientação Sexual, Gênero e Escola no Brasil. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, SP, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015. <<http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-16>>

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed., São Paulo, Editora da UNICAMP, 1993, p. 163-252.

RANGEL, Mary; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; PIMENTA, Maria de Fátima Barros. A Trajetória das Competências e Habilidades em Educação no Brasil: das avaliações em larga escala para as salas de aula. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 28-47, jan./abr. 2016. <<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v8i22.951>>

RODRIGUES, Denise Simões, MELO, Maria Lúcia. Estudo sobre análise de discurso como procedimento metodológico na pesquisa documental. *Educação*. Santa Maria, v. 45, n., p.1-21, 2020. <<https://doi.org/10.5902/1984644434018>>

RUSSO Kalline; ARREGUY, Marília Etienne. Projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”: percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p.501-523, 2015. <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000200010>>

SÃO PAULO. *Lei n. 10.948, de 05 de Novembro de 2001*. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA JUNIOR Aritides José; MATTOS, Magda de; SANTOS, Neuci Cunha. Ressonâncias do Projeto Pró-Ensino na Saúde no interior do Brasil. *Interface (Botucatu)*. v. 22(Supl. 1), p. 1377-1385, 2018. <<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0061>>

TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. Diversidade sexual humana: notas para a discussão no âmbito da psicologia e dos direitos humanos. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p.61-73, 2008. <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200005>>

VIESBA-GARCIA, Everton; BAMBAN, Patrícia; VIESBA, Letícia Moreira; ROSALEN, Marilena. “Oficinas Pedagógicas Sustentáveis em Sala de Aula” In. LAMIM-GUEDES, Valdir; MONTEIRO, Rafael de Araujo Arosa (Orgs.). *Educação Ambiental na Prática: Transversalidade da temática socioambiental*. São Paulo: Editora na Raiz, 2020, p. 55-77.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Sexualhealth.Switzerland*: WHO, 2015.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autora 1 – Coleta de dados, sistematização e análise dos dados e escrita do texto.

Autor 2 – Sugestão de bibliografia, participação ativa na análise dos dados, escrita do texto e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.